

Modo petista de governar — apontamentos para um debate sobre o neoliberalismo

*Félix Ruíz Sánchez**

Resumo:

O artigo discute a estratégia de campanha do Partido dos Trabalhadores baseada no chamado "modo petista de governar", realizando uma avaliação do seu alcance e das suas possibilidades para a construção de uma plataforma de contestação do neoliberalismo.

A reflexão sobre o processo de implantação do novo regime político e econômico do neoliberalismo no país tem apontado o alcance e os limites do governo FHC e da coalizão conservadora que dirige os destinos da nação¹. As análises dos principais autores caracterizam este governo como um "ponto de inflexão" na história recente do país, principalmente do período de crise política e institucional que prevaleceu nos anos 80 e inícios de 90². A maioria desses autores coincide em atribuir ao governo FHC um papel dirigente na construção do neoliberalismo enquanto projeto burguês hegemônico, sintonizado com as principais tendências da política e da economia em nível internacional.

As recentes eleições municipais, as primeiras ocorridas depois do período de crise, submeteram a teste projetos e carreiras alinhadas total ou parcialmente ao núcleo dirigente do Estado bem como as coalizões oposicionistas enfrentadas ao neoliberalismo. Apesar da natureza fortemente dispersa e da tendência intrinsecamente localizada da disputa municipal, a eleição de 1996 pode ser utilizada como uma referência para um balanço preliminar sobre o novo ciclo político que o país está vivendo. Menos pelo balanço dos percentuais eleitorais, esses fortemente submetidos à

* Professor do Departamento de Sociologia da PUCS-SP, assessor de formação política do MST, membro da executiva municipal de São Paulo do Partido dos Trabalhadores e membro do Neils.

1. Os trabalhos de Oliveira, Fiori e Emir Sader são importantes referências para análise do governo FHC.

2. Vide Sallum J. R. & Kugelmas (1993); Santos (1993) e o já citado Fiori.

dinâmica das alianças locais e regionais dos partidos, e mais pelo aspecto nacional dos discursos e plataformas de campanha.

Em particular, interessa analisar o papel desempenhado pelo Partido dos Trabalhadores cuja plataforma política nacional nas eleições de 1996 explorou o mote “PT é bom de governo”, tentando capitalizar a boa avaliação que setores da opinião pública tem em relação às suas administrações municipais e governos estaduais. Como resultado das eleições, só em São Paulo — um dos estados em que a campanha eleitoral foi ancorada no chamado “modo petista de governar” — o PT perdeu todas prefeituras conquistadas na eleição de 92, recuperando apenas a de Santo André e com vitórias eleitorais importantes limitadas ao Rio Grande do Sul e Pará, com destaque para Porto Alegre e sua região metropolitana e Belém³.

O presente artigo visa problematizar, de forma sucinta e de modo preliminar, o alcance do discurso programático ensaiado pelo Partido dos Trabalhadores com base nas suas experiências de governo. Pretende-se com isso, levantar algumas indagações sobre os impasses e as contradições colocadas para a articulação de uma plataforma política de contestação do neoliberalismo. Para tanto, examina em primeiro lugar o significado do governo FHC na implantação do regime neoliberal para, depois, analisar as principais teses do “modo petista de governar” enquanto plataforma política alternativa.

Governo FHC e neoliberalismo

Como foi dito acima, a vitória da coalizão conservadora articulada em torno à candidatura de Fernando Henrique Cardoso na eleição presidencial de 1994 não significou apenas um novo capítulo na sucessão de governos civis e militares submetidos às pressões e contradições de uma persistente crise do Estado, dramaticamente simbolizada pela inércia hiper-inflacionária. FHC e seu governo se tornaram *condottieri* da burguesia industrial, responsável pela sua recondução ao “seu destino manifesto de sócia-menor e dependente do mesmo capitalismo associado, agora renovado pela terceira revolução tecnológica e pela globalização financeira” (Fiori, 1995). A vitória de Cardoso “encaminhou” a resposta burguesa ao colapso do chamado “pacto desenvolvimentista”, propondo para isso a solução neoliberal, hegemônica no plano internacional.

Ao realizar um balanço dessa crise do desenvolvimentismo, Fiori (1994) sublinha seus traços mais significativos: a

3. No estado de São Paulo, na eleição de 1996, o Partido dos Trabalhadores conquistou as seguintes prefeituras: Santo André, Mauá, Ribeirão Pires, Franca, Matão, Jaboticabal, entre as principais.

ingovernabilidade crônica, a crise orgânica do Estado e a exaustão social e política de seu pacto constitutivo. Uma situação que precipitou o “desmanche” definitivo do longo casamento da burguesia industrial, das oligarquias de origem agrária, principalmente do Norte e Nordeste, e dos setores médios urbanos. Os segmentos dirigentes da classe trabalhadora urbana e rural, que jamais haviam sido integrados a esse pacto, já haviam colocado o “pé prá fora” a partir da denúncia do caráter conciliador e autoritário do projeto da transição democrática e da Nova República, expresso através da formação da CUT, do PT, do MST e dos movimentos populares urbanos surgidos como “novos” personagens no cenário político nacional.⁴

A solução neoliberal, que no início dos anos 80 se tornou hegemônica nos países de capitalismo avançado, chegou à América Latina na segunda metade das décadas de 80 e no início dos 90. Os governos de Salinas de Gortari, Menem, Carlos Andres Perez, Fujimori e Collor representaram “a virada continental rumo ao neoliberalismo”. Mas o caráter aventureiro da candidatura de Fernando Collor e sua incapacidade para nuclear um projeto burguês sólido adiaram a implantação do neoliberalismo para 1994.

Aqui, a ofensiva conservadora ganhou um impulso vigoroso por meio da política de estabilização monetária, de forte apelo principalmente junto à população trabalhadora mais pobre. A “arma da crítica” neoliberal ao agônico regime desenvolvimentista encontrou na ilusão de uma economia de inflação baixa a munição para o desmonte do Estado. Após dois anos de governo, a política econômica tem sido, no essencial, uma reprodução das políticas de ajuste praticadas nos demais países. A manutenção da estabilização monetária tem significado a persistência de uma política econômica que coíbe o crescimento para não aprofundar a vulnerabilidade das contas externas do país. No contexto das economias latino-americanas, trata-se de uma situação marcada pela instabilidade e pela agudização da chamada “dívida social”, como demonstraram as crises do México e da Argentina em 1995.

A força da nova política econômica se fez sentir rapidamente, enquanto estratégia de classe orientada para a maximização do lucro e, principalmente, da taxa de exploração interna. A combinação da exposição de vastos setores da economia à competição externa desvantajosa, com a introdução de novas tecnologias e formas de gestão nas empresas e a criação de um largo contingente de desempregados, empregados “por conta própria”, empregados com contratos “precários” tem criado a base

4. Ver Sader (1988) e Doimo (1995). *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; e Ana Maria Doimo. *A vez e a voz do popular*, Rio de Janeiro, Relumê Dumará, 1995.

material para a imposição ao movimento sindical de uma pauta defensiva em torno da aceitação da lógica do ajuste neoliberal. A “marcha sobre os direitos” (Oliveira, 1996), que realizam as classes dominantes e os governos, em todos os níveis, significa a retirada de direitos econômicos, civis, políticos e sociais. Significa a redefinição das relações de força entre as classes em torno da criação de condições mais favoráveis para a apropriação da mais-valia. Essa guerra de classes aparece na agenda política sob as roupagens mais civilizadas do “custo Brasil”, da “guerra fiscal”, da “flexibilização” dos direitos trabalhistas, da reforma previdenciária e da reforma administrativa.

Aqui como nas demais regiões do mundo em que tem se tornado hegemônico, o neoliberalismo não conseguiu nenhuma revitalização significativa do capitalismo. Como assinala Hobsbawm na sua brilhante síntese sobre o “breve século XX”, a instauração da crise mundial capitalista do final dos anos 60 fez com que a vasta rede de nações e países que mais de 25 anos de crescimento e expansão da economia capitalista haviam transformado numa teia fortemente integrada e articulada, passasse a apresentar no centro e na periferia, as manifestações mais brutais da pobreza, da miséria, do desemprego em massa, da instabilidade e da insegurança (Hobsbawm, 1995:396).

“Desestruturação dos graus de coesão social existentes” e “perda (por parte de muitos grupos) de seus mecanismos tradicionais de inserção na sociedade” são na opinião de Enzo Faletto o resultado mais evidente das políticas neoliberais implementadas na América Latina. Para o autor, o ataque que o neoliberalismo promove contra o Estado desenvolvimentista e seu legado institucional representa o choque de duas formas de racionalidade, uma assentada no Estado e outra no mercado. A prevalência do segundo leva “a um alto grau de desigualdade social (...) que não se manifesta apenas em termos de diferenças na distribuição da renda, mas também em profundas diferenças de modo de vida e ausência de valores compartilhados que constituem princípios de identidade nacional” (Faletto, 1996).

Outra dimensão da crise do Estado diz respeito à crise dos projetos nacionais, com seus legados originados nas tradições e no programa do populismo e do nacional-desenvolvimentismo que, nos últimos 50 anos, desenharam os pactos de poder e as alianças sociais fundamentais. Hoje, o neoliberalismo redefine os termos da relação Estado-sociedade e levanta questões cruciais para o debate sobre temas como questão social, questão nacional, imperialismo e internacionalismo.

O modo petista de governar

O exame crítico da plataforma de campanha adotada pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições de 1996 permite descortinar aspectos importantes dos impasses, limites e possibilidades das forças que se opõem ao neoliberalismo. Trata-se de analisar o discurso de campanha como expressão de uma concepção de mundo, como manifestação de um projeto de sociedade.

Na campanha eleitoral de 96, o PT fez das suas experiências de governo — prefeituras e governos estaduais — o centro de sua estratégia de disputa eleitoral. A escolha estava fundada na boa avaliação que a população tinha das principais administrações petistas. Mas o mote “PT é bom de governo” e todo seu conteúdo não se mostraram suficientes para permitir a continuidade da maioria e das mais importantes prefeituras que o partido detinha no país, principalmente no estado de São Paulo⁵. Está claro também que os números da eleição mostram que o partido permanece como um canal importante de expressão do descontentamento popular. Neste sentido, os resultados da eleição no primeiro turno evidenciaram a existência de uma adesão importante de parcelas do eleitorado às propostas desse partido nos principais centros urbanos. Mas esses mesmos resultados também evidenciaram as limitações da plataforma eleitoral baseada no modo petista de governar. A opção pela continuidade da gestão petista ocorreu — para citar as principais — em Porto Alegre e Santo André (onde o PT conseguiu a recondução do prefeito anterior, Celso Daniel). A definição do voto parece ter obedecido mais a componentes relacionados com a conjuntura política geral e com as injunções da política local do que com uma eventual polarização provocada pelo modo petista de governar.

A eleição de 96, tendo sido a primeira em que a nova correlação de forças neoliberal foi posta à prova, evidenciou as dificuldades do campo político que pretende representar os segmentos da classe trabalhadora. Numa conjuntura de ataque generalizado aos direitos conquistados, prevaleceu uma situação nitidamente defensiva, com os partidos de oposição, a CUT e a maioria das entidades da sociedade civil limitados a uma resistência para a defesa de interesses imediatos. Diferentemente de outras conjunturas eleitorais, a falta de sincronia e de articulação das lutas sociais e as sucessivas derrotas político institucionais acumuladas pela oposição durante os dois anos fizeram do cenário eleitoral um terreno favorável às forças pró-sistema. Ao mesmo tempo, o processo eleitoral evidenciou também as limitações da elaboração

5. O Partido dos Trabalhadores havia conquistado em 1992 as prefeituras paulistas de Diadema, São José dos Campos, Santos, São Vicente e Ribeirão Preto. No mesmo ano, no Brasil, havia conseguido a reeleição em Porto Alegre — que manteve pela terceira vez em 96 — e significativas vitórias em Belo Horizonte, Goiânia, Londrina e Porto Velho — todas elas perdidas no pleito passado.

programática do PT na construção de uma plataforma de oposição antagônica ao neoliberalismo. Elas podem ser sintetizadas em três grandes conjuntos de questões.

Em primeiro lugar, a estratégia adotada pelo partido resultou no estreitamento do horizonte da ação política à disputa institucional-administrativa. Sem desconhecer a importância que tiveram as administrações populares, entre as quais se destacam as do Partido dos Trabalhadores, na ampliação do campo dos direitos sociais e políticos, principalmente na esfera local, a dispersão e a desarticulação das lutas sociais contribuíram para que as bandeiras programáticas da democratização da gestão pública, da inversão de prioridades e da participação popular ficassem “sem sujeito”, despidas de um conteúdo democrático mais radical. Com a notável exceção de Porto Alegre, onde a experiência do orçamento-participativo se tornou um vigoroso instrumento de participação política e de organização independente dos setores populares da cidade, as administrações petistas não conseguiram transformar seu “modo de governar” em alicerce para um deslocamento significativo da consciência política e da organização de setores expressivos da população.

Em segundo lugar, o deslocamento havido no discurso programático, da afirmação do campo de conflito centrado na defesa dos interesses e das conquistas materiais para os setores populares para o da defesa de uma retórica de universalização da cidadania, restringiu a luta por direitos à esfera político-institucional. Assim, não pôde traduzir em termos políticos a existência de um campo de forças sociais em luta pela conquista ou pela preservação de interesses materiais específicos. A articulação dos interesses específicos aos interesses históricos, gerais ou universais nas classes trabalhadoras, além de ser uma questão viva no debate acadêmico sobre movimentos sociais⁶ é um tema recorrente na ação política dos partidos de trabalhadores. Contrariamente à retórica conservadora que, ao atacar impiedosamente os direitos conquistados pela classe trabalhadora, tenta caracterizá-los de modo depreciativo como “corporativos”, o conteúdo e a vocação universais dos interesses da classe trabalhadora são inseparáveis dos seus interesses materiais específicos.

Em terceiro lugar, o “modo petista de governar” parece ter funcionado mais como marca propagandística do que como a expressão de uma concepção unificadora de um projeto de democratização da sociedade e do Estado. Ao lado de experiências de mudança significativa da relação governantes/governados, como

6. Ver, por exemplo, Touraine (1977) Gramsci (1978).

no orçamento-participativo de Porto Alegre, ou de promoção da cidadania e da universalização do ensino fundamental, como na "bolsa-escola" de Brasília, existem outras experiências de governo que são antagônicas às citadas. É o caso do programa de reforma do Estado que o governo do Espírito Santo vem implementando e que implica a adoção de um programa de privatizações de empresas e serviços públicos essenciais, de demissões drásticas no funcionalismo público e de ajuste nas contas públicas através da redução dos gastos sociais. Os casos citados ilustram a heterogeneidade que o "modo petista de governar" tem abrigado.

A insuficiência dos pontos assinalados acima sinaliza a perspectiva a partir da qual pode ser pensada uma plataforma alternativa à nova ordem neoliberal, que só pode ser uma plataforma globalizadora: da luta social e da político-institucional, da articulação dos interesses gerais e dos específicos, do local e do nacional. A hegemonia conservadora hoje instaurada na sociedade não pode ser contestada a partir de mudanças parciais, ou dirigidas à melhoria de apenas um setor ou outro das classes trabalhadoras. Nem tampouco pode ser contestada através da aceitação da lógica institucional-administrativa do ajuste neoliberal. Por ser um projeto coerente de redefinição das relações Estado/sociedade, o neoliberalismo enquanto programa de governo supõe a subordinação da ação institucional, no executivo, no legislativo e no judiciário, à sua própria lógica. Lógica esta, fundada na existência de um acordo bastante amplo que homogeneiza o pensamento e a ação dos atores, principalmente os dos setores dominantes. Por essa razão, é muito difícil imaginar o surgimento de movimentos consistentes de contestação da ordem neoliberal a partir do interior das instituições estatais.

A constituição de um movimento de questionamento do neoliberalismo supõe a emergência de forças anti-sistema num verdadeiro amálgama que condense dimensões variadas e múltiplas da sociedade. A história das lutas sociais no capitalismo demonstra que a conquista de direitos e a ampliação da cidadania resultaram da convergência e da generalização de experiências político-organizativas e da instauração de um horizonte de objetivos e de expectativas comum às classes trabalhadoras.

A constituição de um movimento dessa natureza recoloca o significado da ação direta e da experiência de auto-organização enquanto instrumentos para o fortalecimento e a ampliação das lutas das classes trabalhadoras. A incorporação desta dimensão dos conflitos sociais e da subjetividade dos segmentos oprimidos

da sociedade é um componente que tem sido essencial na história da classe trabalhadora para a conformação de um movimento de contestação das estruturas de dominação. Sader e Doimo, em duas obras fundamentais para a compreensão das lutas sociais em nosso país, enfatizam estes aspectos que estiveram presentes na emergência de novos sujeitos políticos nos anos 70 e 80.

A retomada das questões apontadas acima, que se referem à problemática da luta social e da ação direta, não visa secundarizar a importância das transformações no sistema político-institucional que possam alargar o espaço público para o exercício da cidadania, principalmente dos segmentos subalternos. O que se pretende sublinhar aqui é a importância de uma compreensão totalizadora da ação política e do processo social quando se discutem relações de classe e de poder na sociedade.

O exame dos impasses teóricos e programáticos da plataforma desenvolvida pelo Partido dos Trabalhadores em 1996 evidencia a necessidade do debate sobre as estratégias de enfrentamento ao neoliberalismo. Isto se torna ainda mais urgente quando, por exemplo, o discurso neoliberal associa frequentemente o colapso do socialismo burocrático e do desenvolvimentismo terceiro-mundista às formulações programáticas e estratégicas da esquerda socialista brasileira e latino-americana. É inegável que novas configurações sociais, econômicas, culturais e de poder surgiram sob o efeito combinado das crises: da economia capitalista em nível mundial, do *welfare state* nos países capitalistas avançados, do Estado desenvolvimentista do Terceiro Mundo, dos regimes do socialismo burocrático. Mas também é verdade que o neoliberalismo, com sua enérgica afirmação do mercado como instituição soberana de regulação de todas as relações sociais atualiza o significado das tradições teóricas menos compromissadas com uma concepção de sociedade limitada ao horizonte dos projetos de desenvolvimento nacional-estatal, do "socialismo em um só país" ou do "capitalismo nacional-popular" terceiro-mundista. A agudização das contradições sociais, da violência e da insegurança que suas políticas provoca, e o profundo "mal-estar" que se espalha por todos os poros das nossas sociedades encontra o solo fértil para o conflito e a intolerância, mas também da revolta e da vontade de mudança.

Num período marcado pelo acirramento das tendências à internacionalização dos conflitos e das políticas, a contestação política e teórica do neoliberalismo pode ser encontrada nos debates que se travavam na sociedade latino-americana nas

décadas de 20 e 30, no auge da crise do Estado e seus regimes liberais oligárquicos e prévio à ascensão do ciclo populista-desenvolvimentista. É importante, por isso, resgatar a presença, no pensamento socialista latino-americano, de uma tradição programática e estratégica anticapitalista e antiimperialista alternativa às da “esquerda” desenvolvimentista, da teoria da dependência e às dos partidos comunistas, que dominaram em boa medida os debates na esquerda brasileira.

Naquele tempo, o capitalismo vivia um quadro de forte internacionalização e de liberalização das relações econômicas e políticas entre Estados. O mundo experimentava a passagem para o imperialismo, estágio superior do desenvolvimento capitalista. Assistia-se a uma situação em que as economias agrário-exportadoras, tiveram abalada sua modalidade dependente de inserção na divisão internacional do trabalho imperialista devido à crise mundial capitalista que sucedeu à Primeira Grande Guerra e que teve seu ápice no *crash* de 29. Anos de crise do liberalismo como ideologia e programa de ação. Anos de crise social e política em todo o continente: rebelião estudantil em escala continental, invasão norte-americana na Nicarágua, insurreição em El Salvador.

Na América Latina, em resposta à crise do liberalismo associado ao imperialismo e às oligarquias antiindustriais e antipopulares, surgiram duas vertentes de cunho anti-imperialista e de vocação programática continental. A primeira, de cunho populista radical, representada pela Apra (Aliança Popular Revolucionária Americana), cujo líder e ideólogo mais importante era Victor Raúl Haya de la Torre, e a segunda, do movimento comunista latino-americano representado pelas figuras do cubano Julio Mella e do peruano José Carlos Mariátegui⁷.

A defesa que os dois setores faziam do antiimperialismo numa perspectiva de alcance continental tinha como contrapartida a divergência quanto ao caráter da revolução latino-americana. Para os comunistas, uma revolução antiimperialista de alcance socialista, enquanto para os populistas da Apra a mesma revolução assumiria um caráter nacional e capitalista, democrático e popular.

É interessante salientar que este debate era travado pela esquerda num quadro de forte internacionalização e liberalização das relações econômicas e políticas e também de aguda crise do Estado “mínimo” liberal. A esquerda latino-americana, na formulação de Mella e Mariátegui, popunha um programa que articulava os objetivos da emancipação nacional, da emancipação continental em relação ao imperialismo e da transformação

7. Além do trabalho de Löwy (1982), ver também o livro bastante completo, recém-publicado no Brasil, de Fomet-Betancourt (1995).

socialista da sociedade latino-americana. Nas décadas seguintes, esta contribuição acabou relegada a um plano secundário pelo movimento operário latino-americano. De certo modo, a hegemonia stalinista e populista que se impôs em seu seio levou a que as questões programáticas e de estratégia ficassem fortemente condicionadas pela ideologia e pelo programa populista e nacional-desenvolvimentista.

Desta e de outras heranças teóricas e programáticas pode-se alimentar um movimento político e teórico de renovação do pensamento socialista no Brasil e na América Latina.

BIBLIOGRAFIA

- DOIMO, A. M. (1995). *A vez e a voz do popular*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- FALETTO, Enzo. (1996). "Razões da crise do Estado". *Folha de S. Paulo*, 14/1/96.
- FIORI, J. L. (1994). "O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro". *Novos Estudos Cebrap*, 40.
- _____. (1995). *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro, Insight.
- FORNET-Betancourt, R. (1995). *O marxismo na América Latina*. São Leopoldo, Unisinos.
- GRAMSCI, Antonio. (1978). *Obras Escolhidas*, São Paulo, Martins Fontes.
- HOBSBAWM, Eric J. (1995). *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Companhia das Letras.
- LÖWY, M. (1982). *El marxismo en América Latina (de 1909 a nuestros días)*. Antologia. México, Era.
- OLIVEIRA, Francisco. (1996). "Elogio do dissenso". *Folha de S. Paulo*, 8/3/96.
- SADER, Emir. (1988). *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SALUM JR., B. & KUGELMAS, E. (1993). "O leviatã acorrentado: a crise brasileira dos anos 80". In: Sola, L. (org.). *Estado, mercado e democracia* Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SANTOS, W. G. (1993). *As razões da desordem*. São Paulo, Rocco.
- TOURAINÉ, Alain. (1977). "Movimentos sociais". In: Martins, J. S. e Foracchi, M. A. *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro, LTC.